



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá – ES

**Exercício:** 2025

**1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE GESTORA**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá, inscrito no CNPJ sob o nº 13.917.262/0001-67, instituído pela Lei Municipal nº 94/1991, constitui unidade gestora integrante da administração pública municipal, destinada à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde. A gestão do Fundo, no exercício de 2025, esteve sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Carlos Alberto Jarske, sendo a responsabilidade técnica contábil atribuída à Contadora Andreia Bridi, CRC ES-020752-O.

As presentes demonstrações contábeis referem-se à Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, em base individual, não compreendendo a consolidação das contas do Município. A Unidade possui contabilidade própria, e seus demonstrativos foram extraídos de sistema contábil oficial. Registra-se, ainda, a participação da unidade no Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana – CIM Pedra Azul, por meio de instrumentos específicos voltados à manutenção do consórcio e à execução de serviços em saúde.

**2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE ELABORAÇÃO**

As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As peças apresentadas compreendem o Balanço Orçamentário, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Balanço Financeiro e o Demonstrativo da Dívida Flutuante.

As demonstrações foram elaboradas em base não consolidada, restritas aos registros contábeis, orçamentários, patrimoniais e de controle da própria Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Moeda funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

**3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

---

### **3.3 Créditos a curto prazo**

Os créditos são mensurados, em regra, pelo valor de custo, acrescido de atualização monetária, juros e demais encargos, quando aplicáveis, deduzidos de ajuste para perdas, quando cabível.

### **3.4 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição.

### **3.5 Imobilizado**

Os bens móveis e imóveis são mensurados, em regra, pelo custo histórico, observadas as disposições normativas aplicáveis aos casos específicos. Quando recebidos gratuitamente, são reconhecidos pelo valor justo ou valor definido em procedimento técnico/documental, com evidenciação em nota.

### **3.6 Depreciação e amortização**

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens e em taxas compatíveis com sua natureza e utilização.

### **3.7 Passivos circulantes e não circulantes**

A classificação dos passivos em circulantes e não circulantes observa o critério de exigibilidade, considerando-se circulantes aqueles exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, e não circulantes os exigíveis em prazo superior, em conformidade com a estrutura patrimonial prevista no MCASP.

### **3.8 Restos a pagar**

Os restos a pagar processados e não processados são reconhecidos e evidenciados em conformidade com a execução orçamentária e financeira do exercício. O cancelamento decorre, quando cabível, de insuficiência de recursos, inscrição indevida ou atendimento a dispositivo legal.

### **3.9 Alterações de políticas contábeis**

No exercício de 2025, não houve alteração de políticas contábeis com efeito material sobre as demonstrações.

## **4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou à insuficiência de arrecadação.

Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo de dotação.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

As receitas orçamentárias apresentadas são, em sua maior parte, transferidas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) e pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS).

O Fundo de Saúde não possui arrecadação própria, diferentemente do Município, que arrecada impostos e contribuições para manutenção dos serviços públicos. Assim, o Município realiza transferências ao Fundo Municipal de Saúde, cumprindo o que determinam a Constituição Federal e a legislação correlata quanto à aplicação mínima de 15% das receitas resultantes de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

As receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais, para fins de aplicação em saúde, atingiram o montante de R\$ 219.357.732,27. Já os recursos próprios aplicados em ASPS no exercício de 2025 totalizaram R\$ 46.084.440,84, representando 21,01% da base de cálculo, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 141/2012.

#### 4.1 Receita Orçamentária

Receita Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realizada	Saldo
Receitas Correntes	19.806.478,14	21.517.722,66	28.925.522,71	7.407.800,05
Receitas de Capital	0,00	33.216,00	1.571.304,56	1.538.088,56
<b>Total</b>	<b>19.806.478,14</b>	<b>21.550.938,66</b>	<b>30.496.827,27</b>	<b>8.945.888,61</b>

A receita realizada superou a previsão atualizada em R\$ 8.945.888,61. Destacaram-se as transferências correntes, no valor de R\$ 26.614.701,18, a receita patrimonial, no montante de R\$ 1.961.669,44, e as transferências de capital, no valor de R\$ 1.498.947,52.

#### 4.2 Despesa Orçamentária

Despesa Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	Saldo
Despesas Correntes	70.269.174,86	78.772.094,74	72.265.913,15	70.429.351,13	70.020.309,88	6.506.181,59
Despesas de Capital	141.200,00	2.700.381,14	2.007.618,28	1.512.451,11	1.509.501,11	692.762,86
<b>Total</b>	<b>70.410.374,86</b>	<b>81.472.475,88</b>	<b>74.273.531,43</b>	<b>71.941.802,24</b>	<b>71.529.810,99</b>	<b>7.198.944,45</b>

A despesa concentrou-se em pessoal e encargos sociais, com R\$ 32.116.456,55 empenhados, e em outras despesas correntes, com R\$ 40.149.456,60 empenhados. Os investimentos totalizaram R\$ 2.007.618,28.

Após a atualização orçamentária, por meio das suplementações realizadas, o total de despesas executadas ficou R\$ 7.198.944,45 abaixo do total de despesas autorizadas.

Além das anulações parciais de dotação consignadas na LOA, realizadas dentro do percentual autorizado no art. 6º da Lei Orçamentária Anual nº 2857/2024, também foram abertos créditos adicionais suplementares por superávit financeiro e por excesso de arrecadação.

Para representar os valores dos créditos adicionais consignados nas citadas leis, apresenta-se abaixo resumo por lei, tipo de recurso e valores totais:

##### Lei nº 2857/2024 – LOA

**Valor total da lei:** R\$ 328.404.484,39

**Percentual autorizado:** 40%

**Valor autorizado:** R\$ 131.361.793,75

Tipo de Recurso	Valor Total Utilizado (R\$)
Excesso de arrecadação	1.744.460,52



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

Tipo de Recurso	Valor Total Utilizado (R\$)
Superávit financeiro	8.281.640,50
Suplementação/Anulação de dotação	11.865.184,59
<b>Total</b>	<b>21.891.285,61</b>

Também foram publicadas as Leis nº 2892/2025 e nº 2876/2025, autorizando o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação e por superávit financeiro, no montante de R\$ 2.531.286,55.

#### 4.3 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 43.776.704,16, evidenciando que a execução da saúde superou a arrecadação orçamentária diretamente registrada na Unidade Gestora. Esse resultado, contudo, deve ser interpretado à luz da natureza do Fundo Municipal de Saúde, que não possui arrecadação tributária própria e depende de transferências e repasses do Município para o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS. Em 2025, o Município aplicou em saúde R\$ 46.084.440,84 de recursos próprios, correspondentes a 21,01% da base de cálculo de R\$ 219.357.732,27, cumprindo e superando o mínimo constitucional de 15%, nos termos da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 141/2012. Soma-se a isso a utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 8.317.640,50, que contribuiu para o financiamento da execução orçamentária do período.

#### 4.4 Restos a Pagar

Restos a Pagar	Exercícios Anteriores	31/12 Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo Final
Processados	14.637,57	1.260.646,85	1.270.298,93	0,00	4.985,49
Não Processados	10.707,43	1.648.419,83	1.418.010,97	205.996,29	35.120,00

Os saldos de restos a pagar não processados de exercícios anteriores foram substancialmente reduzidos no exercício, em decorrência dos cancelamentos formalizados pelos Decretos nº 073, 126, 217 e 291/2025, após análise realizada pelos fiscais de contratos e pela gestão quanto à possibilidade de sua manutenção ou cancelamento. Ao final do exercício, remanesceu o montante de R\$ 35.120,00, referente a processo que ainda se encontra sob análise jurídica, em razão de questionamentos apresentados pelo credor. Tais dados demonstram esforço de regularização das obrigações pendentes e revisão do estoque de despesas não concluídas.

#### 5. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

### 5.1 Ativo

Ativo	2025	2024
Ativo Circulante	26.378.875,65	19.967.656,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.918.520,26	14.322.336,69
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.032.491,68	2.431.109,87
Estoques	5.427.863,71	3.214.209,97
Ativo Não Circulante	14.121.393,68	14.024.240,48

Houve crescimento do ativo circulante, com destaque para o aumento do caixa e dos estoques.

### 5.2 Detalhamento dos Estoques

Composição dos Estoques	Saldo Final
Material de Consumo	1.902.181,63
Medicamentos e Materiais Hospitalares	2.923.967,26
Autopeças	377.492,78
Material de Expediente	159.102,13

Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição, observando-se os valores de entrada dos materiais no almoxarifado, em conformidade com os registros patrimoniais da Unidade Gestora. O estoque de medicamentos e materiais hospitalares representa a principal parcela do almoxarifado da Unidade Gestora.

No que se refere à conta Estoques, registra-se que a divergência identificada no exercício de 2024 entre o saldo apresentado no Balanço Patrimonial e o inventário anual dos bens em almoxarifado, constante do arquivo INVALM, foi regularizada no decorrer do exercício de 2025. Persistem, entretanto, inconsistências relacionadas à classificação patrimonial de alguns itens por ocasião de seu cadastro, tornando necessária a realização de lançamentos contábeis de reclassificação, com vistas à adequada compatibilização entre os registros da contabilidade e os controles mantidos pelo setor de almoxarifado.

### 5.3 Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante compreende os ativos com expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis e apresentou o valor de R\$ 14.121.393,68, contemplando participação em consórcio, imobilizado e intangível.

No que tange à participação no consórcio, foi formalizado pedido de envio de informações sobre equivalência patrimonial atualizada junto ao consórcio, porém tais informações não foram encaminhadas em tempo hábil para registro no exercício de 2025.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A movimentação de 2025 encontra-se evidenciada nos demonstrativos próprios, contemplando aquisições, depreciações e saldos anteriores, com saldo final de R\$ 13.115.020,34.

As movimentações realizadas pelo setor de Patrimônio não foram disponibilizadas tempestivamente para registros por competência. Contudo, ao final do exercício, todas as movimentações foram evidenciadas, não havendo divergências finais identificadas.

No tocante ao imobilizado, registra-se a incorporação de equipamentos vinculados às ações de saúde digital e telessaúde, repassados pelo Ministério da Saúde, bem como de equipamento de informática recebido da Assistência Social, destinado ao setor de IGD da Secretaria de Saúde, os quais foram reconhecidos contabilmente pelo valor de aquisição, conforme documentação comprobatória



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

apresentada. Houve, também, o reconhecimento de perda patrimonial referente à diferença entre o valor contábil e o valor da indenização, decorrente de sinistro.

Persistem, entretanto, inconsistências relacionadas à classificação patrimonial de alguns itens por ocasião de seu cadastro, tornando necessária a realização de lançamentos contábeis de reclassificação, com vistas à adequada compatibilização entre os registros da contabilidade e os controles mantidos pelo setor de patrimônio.

#### 5.4 Passivo

Passivo	2025	2024
Passivo Circulante	5.582.088,02	4.973.804,74
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais CP	5.163.956,16	3.697.295,04
Fornecedores e Contas a Pagar CP	62.898,44	547.034,51
Demais Obrigações CP	355.233,42	729.475,19
Passivo Não Circulante	0,00	0,00

O passivo circulante compreende as obrigações com exigibilidade de curto prazo. Em 2025, totalizou R\$ 5.582.088,02, composto majoritariamente por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, no valor de R\$ 5.163.956,16. Os fornecedores e contas a pagar a curto prazo encerraram o exercício em R\$ 62.898,44, ao passo que as demais obrigações de curto prazo somaram R\$ 355.233,42. Não houve registro de passivo não circulante, pois o Fundo de Saúde não possui obrigações com prazos superiores a doze meses.

O aumento do passivo circulante decorreu, principalmente, do crescimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

#### 5.5 Indicadores Patrimoniais e Financeiros

Em 2025, verificou-se a existência de Capital Circulante Líquido de R\$ 20.796.787,63, correspondente à diferença entre o Ativo Circulante de R\$ 26.378.875,65 e o Passivo Circulante de R\$ 5.582.088,02, indicando que os direitos e disponibilidades de curto prazo da Unidade Gestora são suficientes para saldar suas obrigações de curto prazo.

O Patrimônio Líquido apurado no exercício de 2025 foi de R\$ 34.918.181,31 (trinta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, cento e oitenta e um reais e trinta e um centavos).

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial totalizou R\$ 14.825.409,93, correspondendo à diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, constituindo fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

#### 5.6 Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2025, foram registrados Ajustes de Exercícios Anteriores no montante total de R\$ 75.374,16, decorrentes da regularização de saldos patrimoniais identificados após o encerramento de exercícios anteriores. Tais ajustes referem-se, principalmente, à baixa de saldo indevido decorrente de classificação incorreta de adiantamento de 13º salário no exercício de 2024, em contexto de transição de sistema contábil; à regularização de saldo residual vinculado a obrigações com consórcio encerradas em exercícios anteriores; e à adequação de registros previdenciários, inclusive em atendimento a apontamentos de controle externo. Esses registros não decorrem de fatos geradores do exercício de 2025, mas de regularizações contábeis de saldos remanescentes de períodos anteriores, realizadas com o objetivo de assegurar a adequada evidenciação patrimonial e a fidedignidade das demonstrações contábeis.





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

## 6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada com base nas classes 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD) e 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA) do PCASP, com a finalidade de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Fundo Municipal de Saúde durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 5.951.536,42, considerando a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas de R\$ 78.152.115,91 e as Variações Patrimoniais Diminutivas de R\$ 72.200.579,49.

Adicionalmente, a relação entre VPA e VPD foi de 1,08, indicando predominância das variações patrimoniais aumentativas sobre as diminutivas no exercício.

### 6.1 Principais Variações Patrimoniais Aumentativas

VPA	Valor
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.961.669,44
Transferências e Delegações Recebidas	75.841.294,38

### 6.2 Principais Variações Patrimoniais Diminutivas

VPD	Valor
Pessoal e Encargos	37.612.364,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.596,97
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10.794.350,75
Serviços	7.624.787,21
Uso de Material de Consumo	1.777.006,02
Depreciação, Amortização	1.392.557,52

O superávit patrimonial decorreu principalmente do volume de transferências recebidas e das receitas financeiras, em confronto com as despesas patrimoniais de pessoal, serviços e consumo de materiais.

## 7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa, classificadas em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento, evidenciando a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como a forma de utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Em relação às atividades operacionais, observa-se que os ingressos de maior representatividade são "Outros Ingressos Operacionais" e "Transferências Recebidas", compostos por recursos decorrentes de transferências financeiras do Ente para custeio das despesas com saúde pública, bem como de órgãos do Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Saúde, e do Governo Estadual, por meio



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

do Fundo Estadual de Saúde. Quanto aos desembolsos, "Pessoal e Demais Despesas" apresenta a maior representatividade, o que se explica por se tratar de unidade gestora vinculada à função Saúde, cuja execução das políticas públicas demanda expressiva utilização de mão de obra especializada. Além disso, as transferências concedidas também apresentam valor relevante, uma vez que abrangem repasses a entidades para realização de ações em saúde, como hospital filantrópico, APAE, entre outras.

Nas atividades de investimento, em 2025, houve ingresso de caixa apenas referente à alienação de bens. Os desembolsos decorreram da aquisição de ativos não circulantes.

No fluxo de caixa das atividades de financiamento, que compreende as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, bem como as despesas com amortização da dívida, o Fundo Municipal de Saúde não apresentou movimentação no período analisado.

Na demonstração apresentada, verifica-se que a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi positiva em R\$ 3.596.183,57, evidenciando aumento das disponibilidades financeiras no encerramento do exercício de 2025.

Fluxos de Caixa	2025
Fluxo das Atividades Operacionais	5.032.224,34
Fluxo das Atividades de Investimento	-1.436.040,77
Fluxo das Atividades de Financiamento	0,00
Geração Líquida de Caixa	3.596.183,57
Caixa Inicial	14.322.336,69
Caixa Final	17.918.520,26

A Unidade gerou caixa nas atividades operacionais e consumiu caixa nas atividades de investimento, especialmente com aquisição de ativo não circulante. Não houve fluxos de financiamento no exercício.

### 7.1 Transferências Recebidas e Concedidas

Descrição	Valor
Transferências Recebidas	28.113.648,70
da União	21.915.582,26
de Estados e DF	6.198.066,44
Transferências Concedidas	26.823.583,83
a Consórcios Públicos	262.076,65

Os valores demonstram a relevância das transferências intergovernamentais para o financiamento da saúde, bem como dos repasses destinados a parceiros e prestadores de serviços, além da participação da Unidade Gestora em consórcio público de saúde.

## 8. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Os principais ingressos ocorreram por meio dos repasses do Fundo Nacional de Saúde, do Fundo Estadual de Saúde e das transferências financeiras recebidas, por meio das quais a Prefeitura repassa ao Fundo Municipal de Saúde recursos próprios para cumprimento da legislação relativa à aplicação mínima em saúde.





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**Fundo Municipal de Saúde**  
Estado do Espírito Santo

Em relação aos dispêndios, o Fundo de Saúde teve como principais obrigações os pagamentos de servidores ativos da saúde e as despesas necessárias à manutenção dos programas vinculados à Secretaria de Saúde.

Quanto aos depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem retenções e demais recursos vinculados realizáveis no curto prazo, informa-se que quase a totalidade foi paga no exercício, ressaltando-se que parte dessas obrigações é quitada no mês subsequente ao fato gerador, razão pela qual remanescem saldos a serem pagos em 2026.

O resultado financeiro do exercício de 2025, evidenciado no Balanço Financeiro e também refletido na Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi positivo em R\$ 3.596.183,57, correspondente à variação entre as disponibilidades ao final e no início do exercício, conforme demonstrado a seguir:

(+) Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 17.918.520,26

(-) Saldo em espécie do exercício anterior: R\$ 14.322.336,69

(=) Resultado financeiro do exercício: R\$ 3.596.183,57

O resultado financeiro do exercício, apurado no Balanço Financeiro, não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

## **9. DÍVIDA FLUTUANTE**

O Demonstrativo da Dívida Flutuante registrou saldo anterior total de R\$ 3.662.729,03, inscrição de R\$ 10.423.640,20, baixa de R\$ 10.777.322,59 e saldo final de R\$ 3.133.787,74, indicando redução líquida do passivo fluante no exercício.

No grupo de restos a pagar, o saldo final foi de R\$ 2.783.825,93, enquanto as outras dívidas encerraram o exercício com saldo de R\$ 349.961,81. Entre as consignações mais relevantes ao final do exercício, destacaram-se RPPS servidores efetivos/estatutários, INSS servidores, consignação bancária, ISS e retenções incidentes sobre serviços de terceiros, cujas legislações vigentes permitem seu pagamento no mês seguinte à competência.

Reforça-se que o Fundo de Saúde possui pontos de controle em relação a saldos de contas que não zeram e que, por meio da Portaria nº 380/2026, instituiu grupo de trabalho para conciliação e regularização dessas contas patrimoniais durante o exercício de 2026.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As demonstrações contábeis do Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá, relativas ao exercício de 2025, evidenciam execução orçamentária expressiva, forte dependência de transferências intergovernamentais, resultado patrimonial positivo, geração líquida positiva de caixa e redução da dívida fluante total. Também demonstram crescimento relevante dos estoques e do saldo de caixa, sugerindo fortalecimento da capacidade operacional e financeira da Unidade Gestora.

Santa Maria de Jetibá/ES, 30 de março de 2026.

**Andreia Bridi**  
Contadora Responsável – CRC ES-020752-O